

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO
PODER EXECUTIVO RELATIVO AO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.**

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, reuniu-se no Plenário Vereador Cesar Augusto Leoni, nas dependências da Câmara Municipal da Lapa, às dez horas, a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador Mário Jorge Padilha Santos, o qual declarou aberta a Audiência Pública, atendendo o que preconiza a Lei Complementar Cento e Um – Leis de Responsabilidade Fiscal. A Mesa principal foi composta pelo Prefeito Municipal em Exercício, Joacir Gonsalves e pelo Secretário de Finanças e Planejamento, Maurício Tom Ramos. Estavam presentes os Vereadores, Josias Camargo de Oliveira Junior, Otávio José Rodrigues de Jesus e Samuel Gois da Silva. Foi informado aos presentes que todos poderiam formular perguntas dirigidas ao Secretário de Finanças e Planejamento relativos ao que se colocar durante a audiência, preenchendo formulários na recepção. Inicialmente o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, passou a palavra ao Prefeito em Exercício Joacir Gonsalves. **Com a palavra o Prefeito Joacir Gonsalves** disse que estão aqui para fazer o que a Lei exige que seja feito, estão aqui abertos para perguntas e esclarecimentos, a parte técnica é um pouco cansativa, mas tem que ser lida e mostrada. Penitencia-se um pouco porque como Secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura participou os quatro meses mais ligados a esta Secretaria, mas haja vista essa ausência do Prefeito Paulo, está aqui também para responder aquilo que for necessário, se for da própria Secretaria estará a vontade para responder, mas se for das outras áreas teve pouco tempo para conhecimento e o pessoal técnico da Prefeitura está aqui para responder. Agradece e que Deus os ajude que esta Sessão seja realmente importante para o Município, principalmente para as pessoas que tem interesse e sabem que administrar uma Prefeitura nos dias atuais com essa lei que age encima dos Prefeitos e da Câmara com muito rigor, devem ter muito cuidado com o dinheiro público, estão avaliando centavo por centavo da Prefeitura, cada gasto que é feito e cada situação que aparece para que possam dar as prioridades necessárias para o cumprimento da administração nesses quatro anos. **De imediato passou-se a palavra a senhora Sumaia, para a apresentação por meio de slides eletrônicos das contas do Executivo Municipal, os quais serão anexados na presente ata. Encerradas as projeções do Executivo Municipal, passou-se a palavra ao senhor Mauricio Tom Ramos, que fez a apresentação dos slides por meio eletrônico do Lapaprevi, os quais serão anexados na presente ata. Logo após passou-se para a apresentação dos slides por meio eletrônico das contas do Poder Legislativo Municipal, feita pela funcionária Elenize Lima, os quais serão anexados na presente ata.** Encerradas as apresentações o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento deixou livre a palavra para os Vereadores. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que um grande problema enfrentado pela gestão passada que ultrapassou os limites temporais do ano de dois mil e dezesseis e que atingiu a gestão atual é o problema enfrentado por grande parte dos Municípios brasileiros do limite de gastos com pessoal. O Município fechou em 53,62 em dois mil e dezesseis o terceiro quadrimestre e o Executivo fechou agora o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete em 52,31, reduziu. No entanto o valor despendido com pessoal aumentou do terceiro quadrimestre de dois mil e dezesseis para o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete de cinquenta e seis milhões e oitocentos mil aproximadamente para cinquenta e sete milhões e quinhentos mil, considerando que entre dezembro de dois mil e dezesseis e abril de dois mil e dezessete não houve concessão de reajuste ao funcionalismo, gostaria de saber o que deu causa a esse aumento de quase um

milhão de reais em folha de pagamento comparando o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete com o terceiro quadrimestre de dois mil e dezesseis. Ainda sobre o mesmo tema, sabe-se que ultrapassado o limite prudencial é vedado ao ente efetuar despesas que gerem aumento de gasto com pessoal e tem acompanhado via Diário Oficial do Município diversas nomeações pra cargos em comissão, concessões de gratificações, inclusive para além de gratificações já incorporadas pela Lei 2717/2011, e também designações e concessões de gratificações estariam aí deixando de guardar respeito com as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, diante disso questiona ao Secretário da Fazenda, primeiro a razão do aumento de quase um milhão de reais em gasto com pessoal no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete em relação ao terceiro de dois mil e dezesseis e também acerca de quais medidas estão sendo tomadas para reduzir e principalmente é um esclarecimento acerca dos aumentos de despesas das nomeações feitas num período de restrição em que a Lei de Responsabilidade Fiscal veda esse tipo de operação. **Com a palavra o Prefeito em exercício, Joacir Gonsalves**, disse que antes do senhor Mauricio falar gostaria de ressaltar o seguinte, quando o Vereador Josias mencionou que a Prefeitura ficou com cinquenta e dois, a que se considerar que nos quatro quadrimestres do ano não ultrapassaram em nenhum momento o índice prudencial e reduziram constantemente mês a mês, o que aconteceu foi que a média do ano chegou a cinquenta e dois, apenas quer deixar claro que se há uma evolução de aumento por que está acontecendo a média, porque se não fosse a média estaria dentro de um padrão já mais acomodado para a Prefeitura, não um padrão já exato como manda a Lei, mas estariam mais confortáveis em termos de administração e todos sabem que com os limites estourados a Prefeitura estaria de mãos atadas com dificuldades de trabalhar. **Em resposta o Secretário Maurício** disse que parte da pergunta do Vereador Josias pode responder, a outra parte terá que ser a administração porque contratação não é com este Secretário, é só pagamento. Quanto a diferença de quase um milhão e setecentos mil se deve a férias que não foi pago ano passado e este ano foi pago, se comparar o mês de janeiro com o mês de setembro, em janeiro o total da folha de pagamento foi quatro milhões, noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro e vinte e seis, em setembro de dois mil e dezesseis, quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco e noventa e seis, isso são dados do sistema de contabilidade da Prefeitura, pode até passar para o Vereador. No mês de fevereiro gastaram quatro milhões, trezentos e dezoito, novecentos e oitenta e seis e noventa e cinco, também foi pago algumas férias deste ano. No mês de outubro de dois mil e dezesseis foi quatro milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e um e onze. No mês de março gastaram cinco milhões, cem mil reais, cento e quarenta e um zero oito, sendo setecentos mil de férias. Em novembro foi gasto quatro milhões, seiscentos e dois, duzentos e setenta e três e vinte e cinco, em abril foi pago quatro milhões, duzentos e setenta e seis, seiscentos e setenta e sete e setenta e nove, e dezembro fica difícil de comparar porque tem o décimo, ficando prejudicada essa comparação, mas pode-se dizer que em janeiro gastaram 34% como índice do mês, em comparação com 65,14 de setembro, o índice do mês de fevereiro foi de 47,95 em comparação com 53,69 de outubro, em março deu 55,56 devido as férias contra 49,38 de novembro. Essa parte pode responder fácil é setecentos mil de férias pago pela atual administração o restante passa a palavra ao Controlador quanto ao índice. **Continuando o Vereador Josias** disse que tiveram uma evolução significativa da receita, pois tiveram uma arrecadação no primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis de trinta e poucos. **Em resposta o Secretário Mauricio** disse que se comparar todos os meses, pegando o mês de janeiro, veio bem, com onze milhões e trezentos que o Governo mandou de receita extra que não veio, mas aí já tenham onze milhões, em fevereiro deu nove milhões e em fevereiro de dois mil e dezesseis foram oito milhões,

oitocentos e quarenta e quatro, aumentou um pouquinho porque aumentou o índice de ICMS, antes era 0,45 e graças ao trabalho do pessoal da fiscalização aumentou para 0,52, aí no mês de março deu nove milhões, cento e setenta e nove, em abril de dois mil e dezesseis deu oito milhões, trezentos e quarenta e um e em abril de dois mil e dezesseis deu oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro e maio ainda não fechou. **Continuando o Vereador Josias** disse que está comparando os quadrimestres, no primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis transferências correntes são trinta e três milhões e no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete foram trinta e sete milhões, são quatro milhões a mais, é mais de dez por cento de incremento nas transferências correntes em um ano, isso é bem significativo. **Em resposta o Secretário Mauricio** disse que veio dos milhões e poucos extra que o Governo do Estado mandou. **Continuando o Vereador Josias** disse que é uma vez só, e ouve-se falar muito sobre uma crise, queda de arrecadação no Município, a insuficiência de recursos e o que os números demonstram aqui é que não houve queda, pelo contrário, houve incremento em mais de dez por cento de aumento nas transferências correntes de um ano para o outro. **Em resposta o Secretário Mauricio** disse que se pegar o do mês não, mas se pegar e contar os dois e trezentos aí vai dar. **Continuando o Vereador Josias** disse que não está contando os dois e trezentos e sim está comparando um quadrimestre com o outro, não dá pra comparar mês a mês, pois a economia não trabalha assim, e sim são períodos idênticos de anos diferentes. **O Prefeito em exercício Joacir Gonsalves** disse que janeiro foi um mês atípico, mas também teve aquela repatriação que entrou em dezembro. **Continuando o Vereador Josias** disse que também tiveram um aumento bastante significativo nas receitas do Fundeb, de cinco milhões e oitocentos no primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis para sete milhões e duzentos no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete. **Em resposta o Secretário Mauricio** disse que isso quem tem que responder é o senhor Renato que cuida do Fundeb. **Continuando o Vereador Josias** disse que apenas quer deixar registrado o quanto isso é importante pra Educação, é senso comum, liga-se o rádio ou a televisão e tem alguém dizendo que a Educação é o futuro do país, e realmente é. **O Prefeito em exercício Joacir Gonsalves** disse que é uma pena que o total do Fundeb é quase que praticamente aplicado em salários, podem ver no demonstrativo que seis por cento foram aplicados em melhorias necessárias nas escolas e material, e como administrador público entende que seria interessante se pudessem ter uma alavancagem maior para essa área e não tanto pra salários, pois o Fundeb tem uma legislação específica que teria que aplicar quarenta por cento em obras e instalações, concorda que tem que ser melhorado esse índice, seis por cento ainda é pouco em relação as escolas e a toda essa carga patrimonial que tenham a recuperar, são muitas escolas e muita demanda de atendimentos. **Continuando o Vereador Josias** disse que ainda acerca dos limites com pessoal, em dois mil e dezesseis tão logo foi extrapolado o 51,30, a Prefeita editou um Decreto vedando a concessão de novas gratificações e contratação de novos cargos em Comissão, estabelecendo um limite de redução de cargos comissionados e limites para despesas de custeio da máquina pública, esse Decreto foi revogado em janeiro deste ano, esse Decreto previa justamente adequar as contas do Município à crise econômica nacional e internacional e controlar especialmente o índice de gastos com pessoal, no entanto foi revogado e gostaria de saber se existe alguma outra norma com a finalidade de estabelecer critérios objetivos pra redução de gastos com pessoal. **Em resposta o Secretário Mauricio** disse que não cabe responder essa pergunta porque como Secretário da Fazenda administra dinheiro. **O Vereador Josias** disse que não está perguntando ao Secretário de Finanças e sim ao Executivo Municipal que hoje está prestando contas aqui, a pergunta não é pessoal, alguém precisa esclarecer. **Com a palavra a Diretora de Recursos Humanos Valéria** disse que em relação as contratações

que foram efetuadas este ano, estão dentro do critério imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal em que há as vedações de contratações, mas também tem as exceções que seriam em substituição a demissões, aposentadorias e falecimentos nas áreas de educação, saúde e segurança, esse critério está sendo respeitado e as contratações que estão sendo realizadas são essas dentro desses critérios que a Lei de Responsabilidade faculta a realizar. Quanto a contratação dos comissionados é obvio que o Prefeito tem que ter uma equipe de confiança pra poder gerir o Município, isso também é normal e foi reduzido bastante, inclusive na estrutura da Prefeitura foi feita redução de cargos e as nomeações também estão bem mais enxutas.

Continuando o Vereador Josias disse que outra questão é referente a concessão de gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva a quem não tinha, concessão de gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva a quem já tinha a mesma gratificação incorporada, ou seja, concessão de um segundo TIDE. Gostaria de saber qual é o fundamento legal que a Prefeitura tem utilizado para conceder isso notadamente diante de um cenário de restrição a aumento de gastos com pessoal. **Em resposta a Diretora de Recursos Humanos Valéria** disse que as gratificações e os TIDES são concedidos por aumento de jornada de trabalho ou por ao se assumir uma responsabilidade por uma função que não era dela ou de competência em assumir, então é justo que se pague para que ele assuma essa função. Quanto a questão das incorporações estão junto ao Departamento Jurídico refazendo todo um estudo encima da Lei pra realmente ver essa questão de incorporação de gratificação de confiança, de função de confiança, estão reavaliando dentro da Lei com um novo parecer jurídico que esclareça, pois tenham dois parecer jurídico, um contraditório ao outro, por isso estão fazendo esse estudo jurídico pra reavaliar tudo o que já foi concedido não só nesta gestão e desde a homologação da Lei. **Continuando o Vereador Josias** disse que só um ponto não ficou esclarecido que é em relação de qual é a exceção prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal que permite ao Executivo conceder gratificações em período de restrições impostas pela mesma Lei por conta do extrapolamento dos limites de gastos com pessoal, a senhora Diretora acabou de dizer que a Lei prevê exceções que é a contratação e substituição, aposentadoria ou falecimento, exoneração não, pois é uma interpretação já mais extensiva mais a servidores da educação, saúde e segurança pública. Qual seria a interpretação que estão adotando para permitir concessão de gratificações aumentando a folha de pagamento num período em que a Lei manda que sejam reduzidos os gastos e impede esse tipo de operação, é esse o grande ponto. **Em resposta a Diretora de Recursos Humanos Valéria** disse que a redução do índice dos gastos ela houve e foi bem substancial, se pegar os índices da Prefeitura mês a mês do primeiro quadrimestre pode-se observar que em janeiro tiveram em torno de 33% ou 34% de gasto com pessoal. E se o Vereador observar isso vai ver que esta gestão está dentro do limite de gastos com pessoal, estão com uma carga e trabalhando para da melhor maneira possível não colocar em risco o bom funcionamento dos serviços públicos e colocar os índices dentro da normalidade e do que a Lei exige. **Continuando o Vereador Josias** disse que a senhora Diretora ainda não respondeu a pergunta que é objetiva, concessão de gratificações em período de restrição de gastos com pessoal, porque se não tiver uma justificativa é um ato ilegal que precisa de responsabilização dos gestores, o ponto bem especifico é esse. **Em resposta a Diretora de Recursos Humanos Valéria** disse que as gratificações são substituição a cargos comissionados, estão dando gratificação justamente para compor a equipe do Prefeito e assim evitando contratar agentes externos, por isso estão concedendo TIDES e FG aos funcionários de carreira para a montagem da equipe da atual gestão para poder trabalhar. **Com a palavra o senhor Carlito, Controlador Interno**, disse que a respeito do índice com despesa de pessoal, o Município tem buscado atender o mister dele na consecução dos trabalhos do Executivo

fazendo essas concessões de gratificações ou ainda a questão dos comissionados, ocorre que como o Vereador lembrou, não pela LRF da concessão de vantagens isso não é uma coisa aceitável pelo menos materialmente na Lei. Contudo a própria estrutura administrativa passou pela apreciação desta Casa de Leis que entendeu que seria uma estrutura amiga para dar consecução aos trabalhos do Executivo, e foi essa ótica que eles têm empregado pra seguir essa consecução. Infelizmente não é cumprimento literal da obrigação legal, mas a grande maioria dos municípios tem agido dessa maneira porque não é um caso isolado da Lapa. Faz uma breve consideração sobre o índice, mas é importante dizer que na Lei que institui as obrigações do Controle Interno ela situa a questão da nomeação de cargos em comissão e de funções gratificadas por ser uma atribuição própria da estrutura administrativa a que cabe ao Prefeito determinar o suprimento daquelas vagas. Também é importante frisar que diante da realidade algumas medidas foram tomadas, por exemplo, pode falar pela própria unidade, a própria FG, do Assessor Contábil e da Assessora Jurídica baixou, então tem medidas que estão sendo tomadas, outra coisa importante é contextualizar essa questão do limite prudencial. Ocorre que o extrapolamento começa no terceiro quadrimestre de dois mil e quinze onde houve um extrapolamento do limite prudencial, não por imprudência, porque por uma frustração de expectativa de receita que infelizmente aconteceram também no exercício de dois mil e dezesseis que não é segredo pra ninguém, fruto de um cenário político extremamente instável que refletiu na receita, e dentro dessa ótica a própria LRF já fazia menção de que teriam que fazer o retorno ao limite prudencial que era até agosto do ano passado e não conseguiram fazer esse retorno, mas a própria LRF é uma Lei bem estruturada, o artigo 66 da LRF fala que quando do comportamento anormal do produto interno bruto, do PIB, durante aquele exercício os prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal se duplicam, por essa situação acabou acontecendo isso porque como não atingiram em agosto tecnicamente teriam que ter atingido até o final de abril, o que infelizmente não aconteceu. Agora já estão implementando algumas medidas e está buscando junto ao Tribunal de Contas implementar medidas e sistemas para que consigam corrigir essa discrepância e retornar ao limite prudencial, quiçá menor do que o limite prudencial, porque estar no limite prudencial via de regra é estar com a espada sobre a cabeça, se estiver muito próximo do limite não vai poder contratar porque é um passo pra ultrapassar e voltar as limitações que hoje imperam. Em regra o que vem acontecendo é isso, fica muito a vontade pra falar isso porque está de Controlador desde 2008, quando fala está falando da administração do senhor Miguel Batista, do senhor Paulo Furiati, da senhora Leila Klenk e agora Paulo Furiati novamente, então são reflexos que infelizmente atingem a gestão quase que alheamente a vontade do gestor, a ótica que gostaria de frisar é como a Diretora Valéria falou, ainda assim não foram contratados todos os cargos comissionados, é a explicação que o Secretário de Administração já havia passado. Pode providenciar a relação dos que estão supridos e quantos podem contratar. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que gostaria de receber essa relação, porque já havia pedido via requerimento da Câmara, inclusive foi objeto de discussão na última Sessão, em que pediu essas informações e elas não vieram, a resposta veio em duas linhas dizendo que as informações estão disponíveis no portal da transparência, mas sabe que essas informações não estão lá, inclusive fez ata notarial disso, foi até o cartório e fez uma ata pra notificar que não estão lá, e vai buscar a responsabilização de quem prestou informação falsa. Precisa receber essas informações pra saber quantos são os cargos, quanto está sendo gasto, quem está recebendo gratificação e em que percentual, quem foi designado para a função de chefia, quanto está recebendo por isso e qual o impacto disso na folha. Portanto quer aqui reiterar o pedido, é a quarta vez que pede. **Com a palavra o senhor Carlito, Controlador Interno,**

disse que no portal da transparência ele realmente tem, só que não tem uma relação dos funcionários, por exemplo, pode-se fazer várias consultas, se quiser saber o salário deste Controlador tem que colocar o nome Carlito, aí vai aparecer Carlito Machado Santos Filho e o acesso ao holerite, se colocar Fiscal Tributário e procurar por função vai aparecer todos os fiscais tributários, mas de fato não tem uma lista que diga quem é Comissionado e tal. Mas não vê problemas, porque no ano passado quando da contratação do sistema uma das coisas em que se preocuparam foi em deixar que quando fosse necessário gerar relatório não seria problema, acredita que seja uma coisa plenamente e que só vem a aprimorar o próprio portal, mas é uma coisa que podem providenciar, acredita que não há problema nenhum. **O Prefeito em exercício, Joacir Gonsalves** disse que já despachou o pedido para o setor responsável. **Com a palavra o Secretário de Finanças, Mauricio Tom**, disse que a respeito do aumento da arrecadação, se deu devido aqueles dois milhões e trezentos e fiscalização, não aquela fiscalização de chegar a achacar as pessoas, acontece que tem uma inadimplência muito grande de IPTU e de outros impostos, são nove milhões de dívida ativa que estão cobrando, então devido a essa cobrança que começou em janeiro foi que aumentou a arrecadação, não muito, um tanto foi a mudança de 0,45 para 0,52, não é uma diferença absurda, mas deve-se a fiscalização e a tendência é que aumente um pouquinho mais, porque irão cobrar, seja de forma judicial ou de que forma for irão cobrar, não podem abrir mão de receita, e nove milhões é muita receita. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que parece que esse aumento ainda não é reflexo dessas medidas, é reflexo o aumento que está no repasse de receita de IPVA, ICMS, IPI, repasses estaduais e federais. Com relação aos gastos, em despesas correntes, primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis, vinte e seis milhões, trezentos e noventa e seis mil, no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete as despesas correntes foram de quarenta e dois milhões, o que aconteceu nesse período e por que dessa diferença e desse aumento tão expressivo das despesas correntes dentre elas com material de consumo. **Em resposta o senhor Roberto** disse que esse valor corresponde aos valores empenhados no valor global e não só liquidado, por isso dá essa diferença grande, mas a tendência é diminuir e chegar ao fim do ano com superávit. **Continuando o Vereador Josias** disse que não é nem questão de déficit ou superávit, é o aumento mesmo de despesas correntes. E se for possível solicita ao Secretário de Finanças que mande a este Vereador essas informações com relação as liquidações, as despesas correntes liquidadas no primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis e os dados das despesas correntes liquidadas no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, aí é parâmetro, aí o senhor Roberto tem razão. Também gostaria de fazer um apontamento com relação a saúde e que causou preocupação, mas acredita que isso deva ser corrigido nos outros dois quadrimestres do ano, onde houve uma redução bastante significativa no índice gasto aplicado em saúde, é claro que o mínimo constitucional é 15% e sabe-se que a Lapa há muito tempo não aplica mais os 15% se resolvesse aplicar os 15% causaria um caos na saúde porque com 15% não se cuida da saúde dos lapeanos, mas os dados do primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis apontou um índice aplicado na saúde de 30,58% e no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete 21%, então há uma redução bastante significativa e não tem muita mágica, é claro que a gestão criativa e bem feita pode ter mais resultados com menos dinheiro, mas ainda assim não tem mágica, precisa de dinheiro para as coisas acontecerem. Por isso manifesta aqui certa preocupação com relação a redução significativa nos investimentos em saúde no Município da Lapa comparando o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete com o primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis. **Com a palavra o senhor Roberto** disse que volta a dizer que esses vinte e dois por cento é despesa liquidada, a despesa empenhada está em trinta

e sete por cento. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que gostaria que o Secretário também enviasse essa informação até para poder corrigir e ter os dados liquidados em saúde das despesas liquidadas em saúde do primeiro quadrimestre. **Com a palavra o Vereador Samuel Gois da Silva** disse que em relação a saúde, o que está acontecendo hoje, não vê em números e sim o atendimento das pessoas que tem sido otimizado e não há tantas reclamações referentes a área da saúde, consultas ou encaminhamentos, e se houve essa redução é porque alguma coisa de bom está acontecendo. E as pessoas estão procurando menos este Vereador aqui no gabinete, é sinal que as coisas estão funcionando na saúde, e alguns Vereadores já comentaram que os gabinetes não estão mais sendo procurados em relação a saúde, é muito pouco a atendimento, houve uma procura menor. E se está tendo no caso uma economia nesse percentual é porque realmente a coisa está andando e não tem mágica, por que questionar, imagina que o povo seria o parâmetro em dizer se está funcionando ou não, se não há reclamações acredita que está indo bem. **Com a palavra o Secretário de Finanças** disse que tinha convênio só com Campo Largo, agora está sendo estendido também para o Hospital Angelina Caron, tem cardiologista que não tinha antes, tem algumas especialidades que não tinha antes. Também estão estudando a possibilidade de pagarem a primeira parcela do décimo em julho porque todo mês fecha, paga a folha e guarda o valor correspondente a férias e décimo terceiro pra pagar o décimo terceiro e por falta de recursos não é que não vão pagar em julho, a intenção é pagar em julho, isso porque em julho sempre cai a arrecadação e injetando dois milhões e poucos de reais no comércio em julho vai retornar um pouquinho para a Prefeitura, isso é gestão. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que, falando em saúde e complementando o raciocínio do Vereador Samuel, é claro que a opinião pública é importante, mas ao mesmo tempo ela é porosa demais e está espalhada por aí, alguém consegue chamar a opinião pública e perguntar, houve-se cinco, dez, cem ou mil habitantes da Lapa, e estão aqui no dever de fiscalizar e acompanhar os números e um dado como esse chama atenção de uma redução tão significativa. O senhor Renato disse que o parâmetro não é o mesmo, agora vai aguardar essas informações pra comparar, e saúde também não é só entregar remédio, fazer cirurgia e arrumar consulta, tem, por exemplo, a Vigilância Epidemiológica que é essencial para a promoção da saúde e não cura da doença, é só ver a redução de cento e quarenta e quatro mil reais aplicado no primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis e trinta mil aplicados no primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, é muito significativo a redução. **O Secretário de Finanças** disse que tem que ver no que foi aplicado, de que forma foi gasto o cento e trinta e o trinta. **Continuando o Vereador Josias** disse que a forma que foi gasta é a forma que foi prestado contas aqui na Câmara e no Conselho Municipal de Saúde, em que houve a aprovação unânime das contas, se o Secretário de Finanças tiver algum questionamento poderá buscar as atas. **Com a palavra o Vereador Samuel** disse que o trabalho da prevenção é muito importante, sempre frisou muito isso em saúde, mas é importante de repente trazer documentado esses índices, mas volta a afirmar que as pessoas estão procurando menos os gabinetes dos Vereadores em que gestões passadas eram lotados de pessoas com exames, e hoje não tem enfrentado tanto esse problema. **Com a palavra a senhora Ana** disse que, no exercício passado junto com o senhor Zenilto, em que fazia e ele apresentava, não cabe aqui problematizar uma questão que é do ponto de vista de como foi feito esses levantamentos de dados. Porque quando fazia pegava os relatórios pelo empenhado e provavelmente quem fez agora fez pelo liquidado, aí sim vai dar essa discrepância que o Vereador Josias está apontando, mas é uma questão de como foi feito o levantamento desses dados, tanto na educação quanto na saúde. **Com a palavra o Vereador Josias** disse que agradece pelo esclarecimento e pode ser isso mesmo, ninguém confirmou isso

também. E agora vindo os dados do liquidado vai poder fazer a comparação. **Não houve perguntas escritas pelo público presente. Com a palavra o Prefeito em exercício Joacir Gonsalves** disse que, foi bem proveitosa essa prestação de contas e dirimidas algumas dúvidas, o cem por cento em saúde e educação é difícil ser atendido e prestado, mas algumas coisas já tem resultado, não com pesquisas técnicas, mas com pesquisas pelo próprio trabalho do dia a dia do gestor e do Vereador, ade que considerar que já houve algumas melhoras. Fica muito feliz em voltar a trabalhar na área pública depois de vinte anos, a vida inteira foi administração, desde o Exército, desde a empresa que trabalhou, na Prefeitura como Secretário, Prefeito e a própria habilidade em Contabilidade além de alguns cursos de aprimoramento. Sente-se feliz de participar desta administração e também pelo Prefeito Paulo tê-lo consultado muito na questão de finanças e na decisão de fazer alguma coisa, tenham feito uma parceria muito boa de Prefeito e Vice-Prefeito, as vezes se pega sendo mais Vice-Prefeito ou auxiliar do Prefeito do que Secretário da pasta em que a equipe está fazendo um trabalho espetacular e os deixa bem a vontade em projetos e programas para a cidade. Parabeniza a Câmara Municipal pelo relatório apresentado, também a Lapaprevi que está sendo muito bem administrada, parabéns ao senhor Mauricio que é o punho de ferro e cuida realmente com muita competência da parte do dinheiro público. Quando se assume uma Prefeitura tem que estar ciente se a Prefeitura tem dívidas ou não, não pode achar que vai entrar na Prefeitura e vai começar vida nova, é uma consequência e uma realização em que terá que juntar a administração anterior vendo os percalços em que todas as Prefeituras sofrem neste país. Tiveram uma liquidação de quatro milhões e quatrocentos mil de resíduos, de pagamentos anteriores, alguns pagamentos significativos como foi a empresa que transporta o lixo em quase quinhentos mil, e desses quatro milhões parece que está faltando somente novecentos e vinte e oito mil. Então foi um dinheiro que realmente tiveram que aplicar e fazer os pagamentos, e a Prefeitura está praticamente com todas as contas em dia, já fazendo uma cautela de dinheiro pra se possível fazer o pagamento do décimo terceiro em julho. Também todas as despesas que são ordenadas se não tiver dinheiro no caixa não se assina, ninguém assina a despesa, inclusive a Rodoviária em que refizeram o contrato com a empreiteira, conversou ontem com o financeiro e já estão com setecentos mil reais guardados pra pagar a empreiteira, só retomaram a Rodoviária com dinheiro em caixa. Foi visto que estão com quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil em caixa, é um valor bem significativo, já preocupado porque tem conversado com outros Prefeitos quando vai a encontros, ontem ainda conversou com a Prefeita de Colombo e ela disse que não consegue baixar de 58% o índice, ou paga ou vai presa. É triste a situação das Prefeituras, a maioria está com problemas sérios de índices que acabam atrapalhando o Prefeito porque vira uma obsessão, não pode trabalhar e fica amarrado. Hoje o país está passando por um momento difícil e não se sabe o que vai acontecer, pelo que tem ouvido e lido nenhum especialista tem dado um parecer de que o país vai pra tal rumo, ninguém sabe de nada, essa é a preocupação. Hoje tanto a Câmara Municipal como a Prefeitura e Lapaprevi estão felizes por essa gestão, tenham que sair daqui orgulhosos pelo cuidado e pela oposição, como já falou na Sessão passada, uma oposição inteligente que se faz, pois é muito importante porque ajuda o Prefeito. Tenham que sair felizes com esta prestação de contas, agradece a todos os gestores e funcionários da Prefeitura que tenham se dedicado, pessoas que trabalharam com o senhor Miguel, com a senhora Leila, com este Prefeito e com o próprio Furiati e que estão hoje trabalhando para que as coisas aconteçam. Alguns técnicos da Prefeitura tem conversado, se mostrando preocupados e vão ter que mexer em algumas coisas, mas o que não se pode é deixar atrasar a folha de pagamento, porque a hora que isso acontecer já se atrasou muitas outras coisas, aí já se deixou de pagar

fornecedores e tudo mais, é sinal que as coisas já foram pro vinagre. Todas as administrações que passaram cuidaram muito em não atrasar pagamentos e salários de funcionários, um funcionário sem salário perde-se o mando e a administração. Portanto deixa registrado esse contentamento, não está colocando aqui dívidas pagas ou não, isso é uma coisa que tem que estar registrado, tenham que cumprir e já tem um superávit, vão ter que ir até o final de ano segurando as coisas e atentando para todos os detalhes, mas ainda tem esperança que as coisas melhorem assim como cada brasileiro e lapeano. Reestruturando toda a parte de contratos e algumas pendências que ficaram para terminar, algumas coisas não eram pendências por problemas e sim devido a prazos e destinação de verbas, mas estão terminando. Deixa aqui um muito obrigado a Câmara Municipal e aos Vereadores bem como aos Técnicos, Secretários e Diretores da Prefeitura e as pessoas presentes, irão continuar assim fazendo com que a Lapa seja realmente um exemplo de cidade para todo o Brasil com uma administração bem segura, saneada e dirigida por seus homens públicos. Antes de encerrar o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, Mário Jorge Padilha Santos, convidou a todos para participar da Audiência Pública de Apresentação do Relatório do Primeiro Quadrimestre de 2017, referente às atividades realizadas e a execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal da Lapa, dia 31/05/2017, as 10:00 horas. Encerrando a Audiência, o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, Mário Jorge Padilha Santos agradeceu a presença de todos, e desde já convida para a próxima Audiência que deverá ser realizada em setembro de dois mil e dezessete e será previamente anunciada. Para constar, eu Marilda Bonczkowski, Auxiliar de Secretaria, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será pelos membros desta Comissão assinada, restando anexados os impressos dos slides apresentados por meio eletrônico.

Mário Jorge Padilha Santos

Josias Camargo O. Junior

Otávio José Rodrigues de Jesus

Samuel Gois da Silva



Audiência Pública
1º Quadrimestre
2017

Receitas Correntes

Receitas Correntes		1º Quadrimestre 2017
Receita Tributária (IPTU, IRPF, ISS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS)		R\$5.097.105,61
Receita de Contribuições (CUSTEIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA)		R\$ 520.242,95
Receita Patrimonial (ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, RENDIMENTOS, APLICAÇÕES FINANCEIRAS)		R\$ 645.595,58
Transferências Correntes (FPM, TFR, FPA, FPM-CL, LC 87/96, SUS, FINE, FNAS, CIOB, FUNDEB, DEMIAS RECEITAS CORRENTES)		R\$ 37.764.438,69

Receitas Correntes

Receitas Correntes	1º Quadrimestre 2017
<i>Outras Receitas Correntes</i>	
MULTA DE JUROS DE MORA TRIBUTOS, MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA, DÍVIDA ATIVA, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES, OUTRAS RECEITAS CORRENTES)	RS 474.442,34
<i>(-) Deduções FUNDEF</i>	
(FPM, ITR, LC 87/96, ICMS, IPT)	RS (5.406.042,30)
<i>(-) Outras deduções</i>	RS (123,43)
<i>SUB TOTAL</i>	RS 39.095.659,44

~~Q13~~

Receitas de Capital

Receitas Capital	1º Quadrimestre 2017
<i>Operações de Crédito</i> (CONTRATOS PAVIMENTAÇÕES)	R\$ 452.995,00
<i>Alienação de Bens</i> (ALIEVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS)	R\$ 0,00
<i>Transferências de Capital</i> (CONVÊNIOS)	R\$ 1.226,51
SUB TOTAL	R\$ 454.221,51
TOTAL GERAL	R\$ 39.549.880,95

Despesas Correntes

Despesas Correntes	1º Quadrimestre 2017
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i> (CONTRATOS TEMPO DETERMINADO, VENCIMENTOS, OBRIGAÇÕES PATRONAIS, INSS E LAFAPREV)B	R\$ 18.559,825,48
<i>Juros e Encargos da Dívida</i> (DIROS CONTRATO OPERAÇÃO DE CRÉDITO, AGÊNCIA FOMENTO PR., CADIA, BANCO DO BRASIL, PASSEP, LAFAPREV)B	R\$ 145.211,25
<i>Outras Despesas Correntes</i> (MATERIAL DE CONSUMO, OUTROS SERVIÇOS PF E PJ, CONTRIBUIÇÕES, SUBVENÇÕES, APOORTE LAFAPREV, SENTENÇAS JUDICIAIS, CONSÓRCIO PÚBLICO)	R\$ 24.076.261,12
SUB TOTAL	R\$ 42.781.297,85

Despesas de Capital

Despesas Capital	1º Quadrimestre 2017
<i>Investimentos</i> (OBRAS E INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE)	R\$ 1.495.381,18
<i>Amortização Dívida</i> (AMORTIZAÇÃO CONTRATOS OPERAÇÃO DE CRÉDITO, LAFAPREV, PASSEP)	R\$ 690.781,97
SUB TOTAL	R\$ 2.186.163,15
TOTAL GERAL	R\$ 44.967.461,00

Execução Orçamentária

Execução Orçamentária	1º Quadrimestre 2017
RECEITAS CORRENTES	R\$ 39.095.659,44
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 454.221,51
DESPESAS CORRENTES	R\$ 42.781.297,85
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.186.163,15
RESULTADO	R\$ (5.417.580,05) DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Transferência Concedida:

Poder Legislativo

Até 1º Quadrimestre 2017 R\$ 1.572.500,00

Lapa Previ

Até 1º Quadrimestre 2017 R\$ 67.875,00

Transferência Recebida do Poder Legislativo

Até 1º Quadrimestre 2017 R\$ 0,00

DESPESAS COM PESSOAL

DESPESAS LIQUIDAS COM PESSOAL R\$ 57.589.576,84

RECEITA CORRENTE LIQUIDA R\$ 110.096.766,60

PERCENTUAL APLICADO 52,31%

LIMITE

DESPESA COM PESSOAL R\$ 57.589.576,84 = 52,31%

LIMITE MÁXIMO (ART 20 DA LRF) R\$ 59.452.253,96 = 54,00%

LIMITE PRUDENCIAL (ART 22 DA LRF) R\$ 56.479.641,27 = 51,30%

DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB

FUNDEB

REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO
FUNDAMENTAL, INFANTIL

E ESPECIAL 60% R\$ 4.760.732,70

OUTRAS DESPESAS 40% R\$ 437.912,65

TOTAL DESPESA R\$ 5.198.645,35

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB

Transferências Recebidas R\$ 7.248.985,87

MÍNIMO 60% FUNDEB – REMUNERAÇÃO
MAGISTÉRIO (Art. 22 da Lei 11.494/07 Lei
Fundeb) 65,67%

40% FUNDEB (outras despesas de manutenção da
educação básica) 6,04%

Total aplicado: 71,71%

**DESPESAS LIQUIDADAS COM
MANUTENÇÃO DO ENSINO PARA
EFEITO DO CÁLCULO DO ART. 212 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Despesas Custeadas com Recursos Fundeb	R\$	5.198.645,35
Despesas Custeadas com Recursos de Impostos e Transferências.	R\$	2.225.556,33
Total	R\$	7.424.201,68

**DESPESAS EMPENHADAS COM
MANUTENÇÃO DO ENSINO PARA
EFEITO DO CÁLCULO 25%**

Deduções:

Ganho Complementação Fundeb (Receita Fundeb - Dedução Fundeb)	R\$	1.806.428,22
Rendimentos Fundeb	R\$	36.515,35
Cancelamentos de Restos a Pagar	R\$	21.462,85
DESPESAS LÍQUIDAS		
FINS LIMITE	R\$	5.559.795,26

**DESPESAS EMPENHADAS COM
MANUTENÇÃO DO ENSINO**

PARA EFEITO DO CÁLCULO 25% (mínimo dos Impostos e Transferência, a ser aplicado anualmente na manutenção do desenvolvimento do ensino)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFÊRENCIAS R\$ 32.224.552,87

ÍNDICE AJUSTADO (MÍNIMO 25%) 17,25%

**DESPESAS LIQUIDADAS PRÓPRIAS COM
SAÚDE**

ATENÇÃO BÁSICA	R\$	14.195.034,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	R\$	292.692,91
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	R\$	116.484,24
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	59.712,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	30.560,71
TOTAL	R\$	14.694.484,79

DEDUÇÕES

DESPESAS CUSTEADAS RECURSOS SUS	R\$	3.027.676,97
DESPESAS PARA FINS DE APURAÇÃO	R\$	11.666.807,82

DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	R\$	32.373.775,10
APLICAÇÃO MÍNIMA(EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000 (Mínimo Financiamento Ações e Serviços Públicos Saúde 15%))	R\$	4.856.066,27
APLICADO NA SAÚDE (ÍNDICE 21,64%)	R\$	7.007.616,48
APLICADO A MAIOR COM RECURSOS LIVRES (6,64%)	R\$	2.151.550,22

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO

DOS RESTOS A PAGAR

SALDO INSCRITO EM 01/01/2017	R\$	2.482.557,69
PAGOS ATÉ 28/04/2017	R\$	1.339.510,68
CANCELADOS ATÉ 28/04/2017	R\$	136.387,78
SALDO A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$	928.928,26
PROCESSADOS	R\$	77.730,97

DEMONSTRATIVO DE CONTAS

A PAGAR

CONTAS A PAGAR EM 28/04/2017	R\$	18.536.638,87
DESTAS CONTAS A PAGAR ESTÃO LIQUIDADAS OU PROCESSADAS	R\$	2.127.406,20
NÃO PROCESSADAS	R\$	16.409.232,67
TOTAL CONTAS A PAGAR E RESTOS A PAGAR		
PROCESSADOS	R\$	5.465.838,68
NÃO PROCESSADOS	R\$	8.552.283,34

DISPONIBILIDADES

SALDO EM 28/04/2017	R\$	20.762.207,56
---------------------	-----	---------------

DISPONIBILIDADES DE RECURSOS LIVRES	R\$	6.072.732,80
RESTOS A PAGAR RECURSO LIVRE	R\$	1.538.826,91
SUPERÁVIT DE RECURSO LIVRE	R\$	4.533.905,89
DISPONIBILIDADES DE RECURSOS VINCULADOS	R\$	14.689.474,76
RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS	R\$	12.479.295,11
SUPERÁVIT DE RECURSOS VINCULADOS	R\$	2.210.179,65

DÍVIDA FUNDADA		
AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ		
SALDO EM 28/04/2017	R\$	1.866.493,28
CONFISSÃO DÍVIDA COM LAPAPREVI		
SALDO EM 28/04/2017	R\$	6.949.649,98

DÍVIDA FUNDADA		
DÍVIDA PASEP		
SALDO EM 28/04/2017	R\$	1.631.550,19

DÍVIDA FUNDADA		
PAVIMENTAÇÃO DA COHAPAR		
SALDO EM 28/04/2017	R\$	1.037.750,71
PAVIMENTAÇÃO CRISTO REI		
SALDO EM 28/04/2017	R\$	1.258.942,56

DÍVIDA FUNDADA

PAVIMENTAÇÃO

Montreal, Vila São José, Esplanada, Jardim Primavera e

Novo Horizonte

SALDO EM 28/04/2017	R\$	1.139.115,61
---------------------	-----	--------------

DÍVIDA FUNDADA

PRECATÓRIOS CIVEIS (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ)

PAGOS ATÉ 28/04/17	R\$	347.642,96
--------------------	-----	------------

PRECATÓRIOS CIVEIS (TRIBUNAL REG. TRABALHO DO PR)

PAGOS ATÉ 28/04/17	R\$	52.357,04
--------------------	-----	-----------

OUTRAS EXIGIBILIDADES

PARCELAMENTO IMÓVEL LAPAPREVI

SALDO EM 28/04/2017	R\$	28.750,00
---------------------	-----	-----------

RESULTADO PRIMÁRIO

NO QUADRIMESTRE

RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (1)

Receita Total (-) Aplicação

Financeira (-) Receita Operação	R\$	38.478.448,77
---------------------------------	-----	---------------

Crédito

DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (2)

Despesa Total (-) Juros Dívida (-)	R\$	27.722.235,11
------------------------------------	-----	---------------

Amortização Dívida

RESULTADO PRIMÁRIO (1-2)	R\$	10.756.213,66
--------------------------	-----	---------------

RESULTADO NOMINAL NO QUADRIMESTRE

DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	R\$	15.679.729,62
DEDUÇÕES (II)	R\$	20.373.601,18
Ativo Financeiro	R\$	20.762.207,56
Haveres Financeiros (Dep. Judiciais)	R\$	549.792,32
(-) Restos a Pagar Processados	R\$	938.398,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA(III)=(I-II)	R\$	(4.693.871,56)



PREFEITURA
MUNICIPAL DA LAPA





**AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI**

RECEITAS CORRENTES

Receita de Contribuições

Contribuições Sociais(Servidores e Inativos)	R\$	1.367.579,82
Receita Patrimonial(Rend. Aplic. Financeiras)	R\$	3.317.320,15
Outras Receitas Correntes(Compensação Prev. entre RGPS e RPPS)	R\$	379.223,18
SubTotal	R\$	5.064.123,15



**AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI**

RECEITAS CORRENTES		
Receita de Contribuições Intra Orçamentárias		
Receita Contribuição (Patronal Servidor Ativo Civil, Amortização Passivo Atuarial e Parcelamento Debito)	R\$	2.828.907,75
Amortização Imóvel Lapa Previ	R\$	45.776,31
TOTAL GERAL	R\$	7.938.807,21
Interferência Financeira(Taxa Administração)	R\$	67.875,60



**AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI**

DESPESAS CORRENTES		
Aposentadoria e Reformas	R\$	2.873.171,36
Pensões	R\$	484.230,96
Salário Família	R\$	372,84
Diárias	R\$	0,00
Material de Consumo	R\$	2.796,27
Serviços de Consultoria	R\$	1.950,00
Outros Serviços de Terceiro Pessoa.Física	R\$	0,00
Outros Serviços de Terceiro Pessoa.Jurídica	R\$	24.166,55
Sub Total	R\$	3.386.687,98



AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI

DESPESAS CAPITAL

Equipamento e Material Permanente	R\$	2.999,00
TOTAL	R\$	3.389.686,98



**AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI**

**RESUMO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

RECEITAS CORRENTES	R\$	5.064.123,15
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$	2.828.907,75
RECEITAS CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$	45.776,31
DESPESAS CORRENTE	R\$	3.386.687,98
DESPESAS CAPITAL	R\$	2.999,00
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	R\$	4.549.120,23



**AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE
JANEIRO A ABRIL 2017
LAPA PREVI**

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 30/04/2017

BANCOS CONTA MOVIMENTO E APLICAÇÕES		
BANCO BRASIL FUNDO FINANCEIRO	R\$	25.038.676,96
BANCO BRASIL FUNDO CAPITALIZADO	R\$	12.461.449,75
CEF CONTA APLICAÇÃO	R\$	8.179.516,65
CEF REGIME CAPITALIZADO	R\$	22.683.886,16
CEF FLUXO DE CAIXA	R\$	54.994,25
CEF COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	9.283.325,63
CEF TAXA ADMINISTRAÇÃO	R\$	469.957,04
BCO BRASIL INST PREV TERRENO	R\$	1.089.090,20
BANCO DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO	R\$	89,16
TOTAL	R\$	79.260.985,80



**AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.**

**CÂMARA MUNICIPAL DA
LAPA
2017**

[Handwritten signature]

AUDIÊNCIA PÚBLICA **PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.**

1. PARÂMETROS E LIMITADORES LEGAIS

1.1 BASES DE CÁLCULO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) NOS ÚLTIMOS 12 MESES.	110.096.766,60	
RECEITA TRIBUTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RTTC) ANO 2016	84.045.914,72	
SUBSÍDIO DE DEPUTADO ESTADUAL DO PARANÁ (SDE) EM 2017	25.322,25	
SUBSÍDIO DO PREFEITO EM 2017	20.182,65	
1.2 LIMITES:	ÍNDICE	VALOR
1.2.1 PESSOAL	6% RCL	6.605.806,00
BASE LEGAL: LRF, ART. 20, III, a; CF, ART. 29-A, I; CF, ART. 29-A, §1º	70%(RTTC X 7%)	4.118.249,82
1.2.2 VEREADORES	30% SDE Subsídio Atual dos Vereadores	7.596,67 7.053,22
BASE LEGAL: CF, 29, VI; CF, ART. 29, VII	5% RTTC	4.202.295,73
1.2.3 PRESIDENTE DA CÂMARA	< Subsídio do Prefeito Subsídio Atual do Presidente	20.182,25 9.521,85
BASE LEGAL: CF, ART. 37, XII		
1.2.4 GASTO TOTAL DA CÂMARA	7% RTTC	5.883.214,03
BASE LEGAL: CF, ART. 29-A, I		

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

2.DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NOS ÚLTIMOS 12 MESES
REFERÊNCIA ABRIL/2017
R\$ 110.096.766,60
LIMITE MÁXIMO (ART. 20 DA LRF) LEGISLATIVO
R\$ 6.605.806,00 = 6%
LIMITE PRUDENCIAL (ART. 22 DA LRF)
R\$ 6.275.515,70 = 5,7%
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (12 MESES)
3.356.447,18 = 3,05%
PERCENTUAL APLICADO 3,05%

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

3.DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL:

RECEITA TRIBUTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NO ANO DE 2016
R\$ 84.045.914,72
LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL
R\$ 4.118.249,82 = 70% (DO 7% RTTC)
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL ÚLTIMOS 12 MESES/REF.ABRIL/2017
R\$ 3.356.447,18
PERCENTUAL APLICADO
57,05%







AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

ESTADO DO PARANÁ

4. RELATÓRIO DAS DESPESAS DE JANEIRO A ABRIL

NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	SALDO
3.1.90.05.55	SALÁRIO FAMÍLIA	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	3.600.000,00	956.913,34	2.643.086,66
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	350.000,00	98.740,10	251.259,90
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150.000,00	0,00	150.000,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00	52.566,18	147.433,82
3.1.91.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	80.000,00	23.701,12	56.298,88
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00	47.800,00	52.200,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	180.000,00	92.687,17	87.312,83
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.000,00	27.667,04	12.332,96
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00	13.557,31	36.442,69
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00	164.034,57	135.965,43
3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	120.000,00	24.659,95	95.340,05
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	92.858,59	7.141,41
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00	657,80	139.342,20
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00	0,00	1.000,00
TOTALIS:		5.430.000,00	1.595.843,17	3.834.156,83



AUDIÊNCIA PÚBLICA PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

5.DEMONSTRATIVO DA DEVOLUÇÃO DO DUODÉCIMO 2017

DUODÉCIMO ATÉ ABRIL
R\$ 27.500,00

--	--